

Proc. _____
ENT 893/SG/DAOSM/GAAM/ 17
DATA 27/03/17
Ana Fernandes



Handwritten signature and initials in blue ink.

1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER CONJUNTO sobre a PROPOSTA n.º 105/2017

Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato e respectiva minuta de Contrato

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 105/2017 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

- A) A Junta de Freguesia do Beato serve cerca de 12 737 fregueses, numa área de 1,69 km quadrados, e a Reorganização Administrativa de Lisboa veio atribuir competências próprias para as Freguesias, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8NOV, Lei n.º 42/2016 de 28DEZ e decisões consequentes da Assembleia Municipal de Lisboa;
- B) Um dos espaços para tratamento e manutenção do qual se verificou transferência de competências para a Freguesia do Beato foi o denominado Parque da Mata de Madre de Deus, no qual se encontra instalado um quiosque municipal, assim como uma área de esplanada;

- C) A Câmara Municipal de Lisboa detém competência para a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12SET
- D) O Município de Lisboa é o proprietário do quiosque sito no referido Parque da Mata que tem estado com a respectiva exploração concessionada, mas que agora se encontra livre e desocupado de pessoas e bens;
- E) A Proposta n.º 4/2014 (Deliberação n.º 6/AML/2014) que estabelece o elenco das transferências de competências para as Juntas de Freguesia, na sua letra E, Disposições Finais, determina que *os equipamentos que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do Município, independentemente da respectiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade;*
- F) Porém, é do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que o referido quiosque volte a estar em plena actividade, garantindo melhores condições de segurança na área, mais animação e também a preservação do próprio equipamento;
- G) Por seu lado, a Junta de Freguesia do Beato pretende que o referido quiosque fique sob sua gestão uma vez que já detém a gestão do Parque da Mata de Madre de Deus e considera que, face às especificidades daquele Jardim, a gestão integrada de ambos os espaços se afigura conveniente, tanto mais que a Freguesia tem programado para o espaço diversas actividades, sendo o quiosque um equipamento essencial para o necessário apoio;
- H) A Câmara Municipal de Lisboa reconhece a validade dos argumentos expostos pela Freguesia do Beato;
- I) A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia podem, no entanto, contratualizar delegação de competências em todos os domínios, cuja negociação e concretização é livre, podendo fundamentadamente variar em função da especificidade de cada caso concreto, por força do disposto nos artigos 120º a 123º, 135º e 136º da Lei n.º 75/2013, de 12SET
- J) É propósito da Junta de Freguesia do Beato proceder, posteriormente, à concessão de exploração do quiosque;

IL
S
7
fly

- K) A articulação entre a Câmara de Lisboa de Lisboa e a Junta de Freguesia do Beato, enquanto órgãos das respectivas autarquias locais, é garante da prossecução do interesse público e da melhoria da qualidade de vida das populações locais e tem enquadramento legal nos termos do artigo 116º e seguintes da já referida Lei n.º 75/2013, de 12SET;
- L) No actual quadro jurídico, a delegação de competências entre o Município e a Freguesia deve ser contratualizada através de Contratos interadministrativos, ao abrigo do disposto no artigo 120.º e seguintes do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- M) Nesta medida as referidas Autarquias pretendem contratualizar uma Delegação de Competências na Freguesia, para cedência do quiosque municipal com área de esplanada que se encontra instalado no Parque da Mata de Madre de Deus;
- N) Essa contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelecido pela a Lei n.º 75/2013, de 12SET, entre outros, a prossecução do interesse público;
- O) A Câmara Municipal pode submeter à autorização da Assembleia Municipal propostas de celebração de Contratos de Delegação de Competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela sempre referida Lei n.º 75/2013, de 12SET;
- P) A Delegação de Competências nos termos do artigo 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, concretiza-se através de celebração de um contrato tipificado no artigo 120.º do mesmo diploma legal e tem como objectivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 118.º da mesma Lei;
- Q) Incumbe às Assembleias Municipais autorizar a celebração de Contratos de Delegação de Competências entre os Municípios e as Freguesias, nos termos da alínea k) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- R) Para que a Junta de Freguesia possa concessionar a exploração do quiosque torna-se forçoso que o prazo de vigência do presente Contrato seja superior ao da duração do mandato do órgão deliberativo do Município;
- S) O prazo que tem sido considerado adequado para as concessões de exploração de quiosques, enquanto estabelecimentos fornecedoras de bebidas, é o de 12 anos;

DL
7/4

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Proposta inclui a Minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato.
2. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:
 - i) A Junta de Freguesia procederá à exploração ou cedência do quiosque, para actividades no âmbito do ramo alimentar;
 - ii) A Junta de Freguesia manterá em bom estado de conservação o quiosque e sua área envolvente;

III – CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÃO

1. Reputa-se de particular importância a celebração do presente negócio jurídico que mereceram aliás aprovação unânime em sede de votação em Câmara.
2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão deste Parecer.
3. Recomenda-se à Câmara Municipal a continuidade de implementação do número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras, gestão de quiosques e quaisquer outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias.

IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de elementos documentais adicionais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 27 de Março de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão



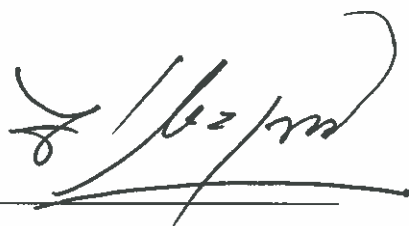
(Irene Lopes)

P/O Presidente da 5.ª Comissão



(Miguel Mora Coelho)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

A Deputada-Relatora



(Sofia Oliveira Dias)